

Oliveira, K. C. et al.



REFLEXÃO

Ações pedagógicas dos docentes voltadas aos alunos trabalhadores no ensino superior: análise reflexiva
Pedagogical practices of teachers facing students working in higher education: reflective analysis
Las prácticas pedagógicas de los docentes que enfrentan los estudiantes que trabajan en la educación superior: el análisis reflexivo

Karina Carvalho de Oliveira¹, Conceição de Maria Carvalho Mendes², Suênya Marley Mourão Batista³,
 Francisco Daniel Leal Sousa⁴, Saraí de Brito Cardoso⁵, Eliana Campêlo Lago⁶

RESUMO

O perfil dos alunos universitários vem se transformando ao longo dos tempos, os principais fatores que contribuíram para isso foram o aumento do número de universidades que ocorreu com a abertura do ensino superior para o setor privado e os programas do governo voltados para o crédito estudantil. Neste sentido, este estudo objetiva refletir sobre as ações dos docentes do ensino superior voltadas aos alunos trabalhadores no ensino superior. Historicamente o intuito das políticas de ensino profissional no Brasil era a formação de profissionais que viriam a ser mão de obra para o Estado. Entretanto, com várias transformações que foram ocorrendo no ensino superior brasileiro e na sociedade ao longo dos tempos, novos perfis de alunos foram surgindo, especialmente os trabalhadores e as donas de casa. Neste sentido, cabe uma constante reflexão em torno da didática aplicada aos docentes universitários, no intuito de minimizar a exclusão deste novo perfil de alunos do ensino superior e fortalecer a participação ativa e contínua desse grupo no processo de ensino-aprendizagem. **Descritores:** Professores. Heterogeneidade. Ensino Superior.

ABSTRACT

The profile of university students has been transformed over time, the main factors contributing to this were increasing the number of universities which occurred with the opening of higher education to the private sector and government programs aimed at the student credit. Thus, this study analyzes the actions of teachers in higher education geared to students in higher education workers. Historically the purpose of vocational education policy in Brazil was the training of professionals who would be labor for the state. However, with several changes that were occurring in Brazilian higher education and society over time, new profiles of students were emerging, especially workers and housewives. In this sense, it is a constant reflection on the teaching applied to college faculty, in order to minimize the exclusion of this new profile of higher education students and strengthen the active and continuous participation of this group in the teaching-learning process. **Descriptors:** Higher Education. Transformations. Changes. Stays.

RESUMEN

El perfil de los estudiantes universitarios se ha transformado con el tiempo, los principales factores que contribuyen a esta aumentaban el número de universidades que se produjeron con la apertura de la educación superior a los programas sectoriales y gubernamentales privadas dirigidas al crédito de los estudiantes. Por lo tanto, este estudio analiza las acciones de los maestros en la educación superior orientadas a los alumnos de los trabajadores de educación superior. Históricamente el propósito de la política de formación profesional en Brasil fue la formación de los profesionales que se harán el trabajo para el estado. Sin embargo, con varios cambios que se estaban produciendo en la educación superior de Brasil y de la sociedad a través del tiempo, los nuevos perfiles de los estudiantes estaban surgiendo, especialmente los trabajadores y amas de casa. En este sentido, es una constante reflexión sobre la enseñanza aplicada a profesores universitarios, con el fin de minimizar la exclusión de este nuevo perfil de los estudiantes de educación superior y fortalecer la participación activa y continua de este grupo en el proceso de enseñanza-aprendizaje. **Descritores:** Profesores. La heterogeneidad. Educación Superior.

¹ Especialista em Docência do ensino superior da Universidade Estadual do Piauí. ² Professora da Universidade Estadual do Piauí. ³ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí, UFPI. Docente da Faculdade Maurício de Nassau, FAP, Teresina. ⁴ Fisioterapeuta. Mestrando do Programa de pós-graduação em Saúde da Família do Centro Universitário UNINOVAFAPI. ⁵ Enfermeira. Docente da graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Piauí, UESPI. ⁶ Cirurgiã-dentista e Enfermeira. Doutora em Biotecnologia. Professora da Graduação e do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família do Centro Universitário - UNINOVAFAPI. Professora da Graduação em Odontologia e Enfermagem da Faculdade Integral Diferencial - FACID- Teresina-PI, Brasil. Professora da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. E-mail: elianalago@ig.com.br

Oliveira, K. C. et al.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 30 do século XX o ensino superior brasileiro ganhou cunho universitário, enquanto outros países da América espanhola tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e o Peru (SAMPAIO, 2008). O acesso ao ensino superior foi por muito tempo restrito a uma pequena parcela da população brasileira, composta por famílias mais abastadas. O perfil dos alunos universitários vem se transformando ao longo dos tempos, os principais fatores que contribuíram para isso foram o aumento do número de universidades que ocorreu com a abertura do ensino superior para o setor privado e os programas do governo voltados para o crédito estudantil.

Além do crescimento do setor privado, outra característica pode ser apontada como motivadora das transformações no perfil do aluno, como a concentração da oferta de cursos nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. São áreas do conhecimento que têm alta demanda no mercado, além de serem mais acessíveis às classes populares, pois não necessitam de altos investimentos. Essa demanda estaria associada à questão da flexibilidade em termos acadêmicos, ao fato de serem ministrados em só um período, e com mensalidades de valores mais acessíveis, justamente em razão dos poucos insumos necessários para o seu funcionamento (SCHWARTZMAN, 1990).

A questão do mercado profissional mais amplo para os graduados em cursos com áreas de atuação menos definidas, influencia a alta demanda por esses cursos, sobretudo pelas camadas mais populares, uma vez que buscam conseguir com a formação superior maiores chances de emprego a um curto prazo.

A flexibilidade nos horários de alguns cursos é outro atrativo para os alunos das classes

mais populares, pois ao serem ofertados em um só horário, sobretudo no turno da noite, proporciona àqueles a oportunidade de estudar e trabalhar. Esse é um fator preponderante na escolha de cursos, uma vez que as famílias de alunos nessas circunstâncias, na maioria dos casos não dispõe de recursos para mantê-los apenas estudando.

No entanto, os alunos trabalhadores enfrentam muitas dificuldades ao ingressarem em um curso superior, pois a carga de estudo torna-se muitas vezes excessiva se comparada com o tempo que dispõem para se dedicarem às atividades acadêmicas.

Nesse sentido, a necessidade de ações pedagógicas dos professores que visam auxiliar o aprendizado desses alunos acaba surgindo em meio essas transformações no ensino superior. Diante do exposto, essa pesquisa objetiva refletir acerca das ações pedagógicas dos docentes voltadas aos alunos trabalhadores no ensino superior.

DESENVOLVIMENTO

As transformações no ensino superior

No Brasil a educação no ensino superior foi evoluindo ao longo dos tempos. Do início do século XIX, mas precisamente em 1808 com a vinda da corte portuguesa, até os dias atuais ocorreram, de forma lenta, transformações e também algumas permanências. Para essa análise podemos pensar o período colonial, os anos 30 até a reforma de 1968 e os dias atuais.

Segundo Sampaio (2008), no período inicial que ocorreu na época colonial (século XIX) marca o início da constituição do ensino superior brasileiro. Nesse período, o modelo de educação era voltado para a formação profissional e sofria influências do pragmatismo de Portugal e do

Oliveira, K. C. et al.

modelo napoleônico que separava ensino e pesquisa científica.

No Brasil, a criação de instituições de ensino superior, seguindo esse modelo, buscava formar quadros profissionais para administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas, e implicava em rejeitar qualquer papel educacional da Igreja Católica que fosse além do ensino das primeiras letras. Ainda que a reforma de Coimbra tendesse a favorecer a formação especializada, o que acabou prevalecendo, no Brasil como na França e em outras partes, foi a formação para as profissões liberais, nas quais o cunho propriamente técnico e especializado, presente em áreas como a engenharia e a medicina, não chegou a predominar. (SAMPAIO, 2008, p.2)

O que interessava no Brasil era a formação de profissionais que viriam a ser mão de obra para o Estado. Nesse período o Estado exercia forte controle sobre a educação. Por volta de 1878 esse controle pode ser percebido a partir da organização das escolas de ensino superior, a nomeação dos docentes, por exemplo, se dava através de critérios políticos e não acadêmicos. Para o Estado era interessante ter pessoas de sua confiança nos cargos públicos, para que o modelo de ensino vigente estivesse assegurado.

Com a proclamação da República em 1889, o Brasil passa por algumas mudanças sócias e com a educação não foi diferente. No final do século XIX e início do século XX com a criação do sistema educacional paulista, o ensino superior passou a dar mais importância a formação tecnológica e essa por sua vez exigia certa base científica. A pesquisa no ensino superior foi um tema que fomentou a questão da criação da universidade nas primeiras décadas do século XXI, pois ela necessitava de um espaço distante do pragmatismo e de maior liberdade para experimentações e debates de pensamentos. Só em 1920 foi criada a universidade do Brasil, porém o que aconteceu de fato foi uma junção de escolas tradicionais já existentes.

R. Interd. v. 7, n. 3, p. 165-171, jul. ago. set. 2014

Em 1930 no governo de Getúlio Vargas, algumas mudanças foram propostas através da Reforma Francisco Campos, como a determinação que o ensino superior seria ministrado apenas no ambiente da universidade e os docentes seriam submetidos a concursos, títulos e provas.

No que diz respeito à organização do sistema, a reforma previa duas modalidades de ensino superior: o sistema universitário (oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre, mantidos pelos particulares) e o instituto isolado. A administração central da universidade caberia ao conselho universitário e ao reitor, que passava a ser escolhido a partir de uma lista triplíce, medida que vigora até hoje. A reforma estabelecia também como deveria ser composto o corpo docente (catedráticos e auxiliares de ensino, submetidos a concursos, títulos e provas) e dispunha ainda sobre questões como ensino pago, diretório de estudantes etc. (SAMPAIO, 2008, p.10)

No entanto, pouco se viu de mudança, pois continuava a ter o controle sobre o sistema, assim o modelo de universidade de pesquisa foi sendo institucionalizado de forma parcial.

A reforma de 1968 propõe medidas um pouco mais revolucionárias que as anteriores, dentre elas, aboliu a cátedra, implantou o sistema de institutos básicos e estabeleceu a organização do currículo em 2 etapas: o básico e o de formação profissionalizante. Esse modelo se aproximava das ideias dos movimentos estudantis e docentes, porém como sua implantação ocorreu em 1969 no regime militar, sofreu forte repressão por parte do governo.

Fazendo relação com a análise de Masseto (2010) e Pimenta (2005) em torno da educação superior no Brasil, nota-se que as mudanças foram ocorrendo a passos lentos, pois influências de modelos antigos permaneciam e permanecem até os dias atuais. Como afirma Pimenta,

Fortes resquícios da metodologia jesuítica e do modelo organizacional francês ainda se encontram instalados e dominantes,

Oliveira, K. C. et al.

muitas vezes impedindo a universidade de cumprir seu papel de possibilitar processos de construção do conhecimento. No entanto, experiências com novas formas de enfiamento dos quadros teórico-práticos dos cursos de graduação vêm sendo feitas, ainda que sejam numericamente minoritárias. (PIMENTA, 2005, p.154)

Em Masseto (2010) nos deparamos com a visão atual da autonomia do discente dentro do processo ensino-aprendizagem e o professor visto como um mediador e provocador do conhecimento, porém a visão do professor como detentor do conhecimento e o aluno como simples receptor ainda é recorrente em alguns espaços educacionais. Esse modelo ainda reflete o modelo jesuítico da gênese da universidade no Brasil como apresenta Pimenta (2005), onde a abordagem dos conteúdos deveria ser exata e repassada de forma fiel, clara e objetiva ao aluno, não dando abertura para questionamentos, debates ou argumentações.

A aula é tempo e espaço do professor e do aluno. Para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma relevante e satisfatória a relação entre os sujeitos envolvidos (professor/aluno) deve acontecer de forma interativa no ambiente de aprendizagem que não seja obrigatoriamente a sala de aula. Em relação a esse aspecto:

Esse conceito de aula universitária faz com que ela transcenda seu espaço corriqueiro de acontecer só na universidade. Onde quer que possa haver uma aprendizagem significativa buscando atingir intencionalmente objetivos de formação profissional definidos, aí encontramos uma "aula universitária". Assim, tão importantes quanto a sala de aula-onde se ministram aulas teóricas na universidade- e os laboratórios, onde se realizam as aulas práticas, são os demais locais em que, por exemplo, se realizam as atividades profissionais daquele estudante: empresas, fábricas, escolas, postos de saúde, hospitais, fóruns, escritórios de advocacia e de empresas juniores. (MASSETO, 2010,p.19).

Nesta perspectiva, a aula é o momento que o aluno tem para aprender, essa aprendizagem não ocorrerá apenas com a simples exposição do conteúdo feita pelo professor, ou assistindo vídeos e apresentações de slides. Ele precisa participar de forma ativa dentro do processo de aprendizagem, tendo função relevante nas atividades propostas na aula. Segundo Masseto (2010), diversas atividades podem ser feitas com a participação ativa dos discentes, ele cita, exercício individual ou em pequenos grupos; debate de um vídeo ou filme; transferência de aprendizagem para situações novas; dentre outras.

Heterogeneidade discente no ensino superior: o aluno trabalhador

Com todas as transformações que foram ocorrendo no ensino superior brasileiro e na sociedade ao longo dos tempos, novos perfis de alunos foram surgindo: os trabalhadores, as donas de casa, os advindos de escola pública, dentre outros. A expansão das Faculdades privadas, a facilitação do acesso ao ensino superior através de programas de governo, são fatores que contribuíram para o ingresso desses novos alunos no ensino superior. Essa heterogeneidade em sala de aula acarretou muitos desafios para a educação nesse nível de ensino, tanto para a estrutura educacional como um todo, como para a prática pedagógica do docente.

A didática do professor passa nesse momento por uma necessidade de reflexão, pois para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de maneira satisfatória, o docente precisa se utilizar de estratégias pedagógicas que visem sanar as dificuldades ou limitações dessa nova clientela. Sobretudo o aluno trabalhador, pois este não dispõe de muito tempo para realizar as atividades propostas no curso, uma vez que passa

Oliveira, K. C. et al.

a maioria das horas dos dias no seu trabalho, tendo, muitas vezes, como único momento disponível para os estudos o horário da aula. Muitos aspectos podem ser apontados para explicar as dificuldades desses alunos

Trazendo, ao entrar na faculdade, todas as dificuldades que envolvem a difícil articulação da condição de trabalhador e estudante, este aluno, na maioria das vezes, encontra instituições despreparadas para enfrentar essa nova situação. A relação desse estudante com o ensino formal é bastante conflituosa, pois se realizou sob a égide de uma escolarização que reproduziu ao longo dos anos, as desigualdades sociais originadas nas diferentes esferas de organização de vida coletiva. Desfavorecidos por uma escola que acentuou as diferenças de classe (ao invés de lutar por relativizá-las), esses alunos acabam por encontrar um ensino superior que reforça essa estratificação social, outorgando-lhe apenas um certificado de conclusão e curso que traduz de modo meramente formal a sua habilitação. Na realidade, esse aluno do curso noturno, que reúne a condição de trabalhador e estudante, pouco cresceu intelectualmente e mal adquiriu formação profissional. (ANDRADE, SPOSITO, 1986, p. 4)

As desigualdades que podem ocorrer no ambiente acadêmico, no que se refere aos discentes, refletem o meio social e educacional que ao qual estão inseridos, como uma trajetória escolar deficiente, necessidades financeiras que os levam precocemente ao mercado de trabalho, dentre outras. Nesse momento mais uma vez, entra em questão o repensar do professor em relação seu ofício, pois a necessidade de um maior conhecimento da realidade do seu aluno é fator imprescindível para a prática docente.

O aluno do curso superior noturno pode ser configurado a partir de três vertentes: a condição de trabalhador, de jovem e de estudante (SPOZIO, ANDRADE, 1986). Esse novo perfil é cada vez mais comum entre os discentes do ensino superior no Brasil, uma vez que o acesso a esse ensino se expandiu ao longo dos anos. Mesmo não sendo de conhecimento de todos, existe no Brasil uma lei R. Interd. v. 7, n. 3, p. 165-171, jul. ago. set. 2014

que regulamenta o regime jurídico do aluno trabalhador, ligada a lei geral do trabalho, Lei nº 116/97.

Segundo pesquisa de Zago (2006), a maioria dos alunos do ensino noturno são originários de escola pública, os pais ocupam atividades de baixa remuneração, além de terem baixo nível de escolaridade. Essas são características que vão influenciar na vida acadêmica desses alunos, dificultando, em alguns casos, a permanência desses discentes no ensino superior.

Algumas estratégias podem ser utilizadas pelos docentes para diminuir as dificuldades ou limitações desses alunos trabalhadores. Como cita Masseto (2010), aproveitar o tempo que o aluno tem em sala de aula para realizar as atividades propostas, propor leituras mais curtas e de mais fácil compreensão, aproveitar as experiências desses alunos em relação seu trabalho na relação com o conteúdo discutido em sala, são meios que podem auxiliar e envolver esse aluno na aula de forma a tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

Essa flexibilidade na metodologia do docente não diminui sua didática ou enfraquece sua autonomia, mostra apenas que existe uma preocupação com o repensar da sua prática e principalmente que procura conhecer seu aluno e suas particularidades para se trabalhar a heterogeneidade no ambiente da sala de aula e assim não precisar excluir a participação ativa de algum discente dentro do processo de ensino-aprendizagem. Essa reflexão é essencial para a didática do professor, pois ele não pode se eximir das transformações que vêm ocorrendo na educação superior atual.

Oliveira, K. C. et al.

CONCLUSÃO

A partir do estudo da evolução do ensino superior no Brasil, percebeu-se que as transformações foram ocorrendo ao longo dos anos, sobretudo no que se refere ao perfil dos alunos nesse nível de ensino. A heterogeneidade em sala de aula aparece como desafio para as ações pedagógicas dos docentes, pois a necessidade de novas estratégias para se trabalhar essas diferenças surge como fator indispensável para a prática do professor.

Os novos perfis de alunos no ensino superior, como o trabalhador, a dona-de-casa, os advindos de escola pública, na maioria das vezes acabam se deparando com algumas dificuldades ao ingressarem na academia, o tempo disponível para as atividades acadêmicas é limitado, em geral esse aluno teve uma formação escolar básica precária, dentre outros. Essas características são diretamente ligadas ao meio social ao qual estão inseridos, são alunos de classes econômicas mais baixas, os pais possuem baixo grau de escolaridade, conseqüentemente acabam entrando no mercado de trabalho antes de concluírem a graduação, pois necessitam ajudar na renda familiar ou apenas se manter economicamente.

Ao professor cabe conhecer seus alunos e, sobretudo suas dificuldades e limitações, para assim poder traçar estratégias que possibilitem o exercício da sua prática em sala de aula de forma democrática aos diferentes perfis dos discentes. Essa ação se faz necessária, uma vez que o repensar da prática do professor, o refletir sua didática e metodologia é um exercício enriquecedor e significativo para o processo de ensino aprendizagem. Do contrário, esses alunos são excluídos desse processo, levando em algumas situações a um aumento no número de evasões.

Como já foram citadas anteriormente nesta análise, algumas ações podem auxiliar o docente com as dificuldades dos alunos trabalhadores: uma melhor otimização do tempo em sala de aula, pois, na maioria dos casos, o horário da aula é o único momento que eles têm disponível para os estudos; propor atividades que estejam ligadas ao cotidiano social e profissional do aluno, para que o mesmo compartilhe suas experiências com os demais colegas; propor a leitura dos textos em sala de aula, além da execução de atividades referente a eles.

Portanto, as ações pedagógicas dos docentes podem contribuir para a não exclusão desses novos alunos do ensino superior. Trabalhar com a heterogeneidade em sala de aula é uma realidade a qual o professor não pode se abster na sociedade atual. Essa flexibilidade do professor não reduz sua capacidade enquanto docente, demonstra sua preocupação com o exercício do seu ofício, pois a reflexão diária da sua prática o leva a resultados mais significativos para o desenvolvimento do aluno e da educação como um todo, uma vez que proporciona a todos de igual forma a participação ativa e relevante dentro do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIA

- ANDRADE, C.L.; SPOSITO, M. P. O aluno do curso superior noturno um estudo de caso. *Cad. Pesq.* São Paulo, v. 57, [s. n], 3-19, 1986.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei geral do trabalhador** n° 116/97 de 4/11. Brasília (DF): Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www.groups.ist.utl.pt/unidades/oe/files/relatorio_final_trab_estud.pdf>. Acesso em: 21 Ago 2013.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MASSETO, M. T. *O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior*. São Paulo: Avercamp, 2010.

Oliveira, K. C. et al.

MASSETO, M. T. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2004.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: Nupes, 2008.

SCHWARTZMAN, S. **Estabelecimentos de Ensino Superior Privados: a Heterogeneidade e a Qualidade**. Nupes. São Paulo, 1998.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006.

Submissão: 13/01/2014

Aprovação: 26/08/2014